

Gênese da Sacrosanctum Concilium

Do Movimento Litúrgico ao Vaticano II



As Quatro Constituições do Concílio Vaticano II

Sacrosanctum Concilium

Sobre a Sagrada Liturgia (1963) - **primeira aprovada**

Lumen Gentium

Sobre a Igreja (1964)

Dei Verbum

Sobre a Revelação Divina (1965)

Gaudium et Spes

Sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo (1965)

A *Sacrosanctum Concilium* teve o privilégio histórico de ser o primeiro documento conciliar aprovado, estabelecendo o tom reformador que caracterizaria todo o Concílio Vaticano II. Sua precedência não foi acidental, mas refletia a centralidade da liturgia na vida eclesial e a maturidade das reflexões do movimento litúrgico que a precederam.

Antecedentes Remotos: O Peso da Tradição

As raízes da reforma litúrgica do Vaticano II remontam ao século XVI, quando o **Concílio de Trento** (1563) estabeleceu uma liturgia uniforme para toda a Igreja latina. Essa reforma tridentina, embora necessária para a época, gerou um *rubricismo* excessivo que se consolidou durante o período barroco.

O **século XVIII** trouxe novos desafios com o Iluminismo, que questionava as tradições litúrgicas. Paralelamente, surgiam tentativas de renovação como o *Missal e Breviário de Paris* (1736) e as propostas do *Sínodo de Pistoia* (1786), que já defendia o uso do vernáculo no canto litúrgico.



Século XIX: O Despertar Monástico

1

Dom Próspero Guéranger e Solesmes

O abade beneditino francês iniciou um movimento de renovação monástica que resgatou o interesse pelas fontes patrísticas e pela autêntica tradição litúrgica. Sua obra representou uma reação ao racionalismo iluminista e às liturgias locais consideradas degeneradas.

2

Romanização da Liturgia

O movimento guerangeriano promoveu a uniformização litúrgica segundo o rito romano, eliminando as variações locais. Embora tenha trazido unidade, também contribuiu para uma certa rigidez ritual que mais tarde seria questionada pelo movimento litúrgico do século XX.



São Pio X: O Papa da Liturgia

A participação ativa nos sagrados mistérios e na oração pública e solene da Igreja é a fonte primária e indispensável do verdadeiro espírito cristão. cristão.

Com o *motu proprio* **Tra le sollecitudini (1903)**, São Pio X lançou as bases teológicas da reforma litúrgica. Este documento revolucionário estabeleceu o princípio da participação ativa dos fiéis como fundamento da vida litúrgica, conceito que seria desenvolvido e aprofundado pelo Vaticano II sessenta anos depois.

As reformas pianas abrangeram especialmente a música sacra, restaurando o canto gregoriano e promovendo uma participação mais consciente dos fiéis. Foi o primeiro passo concreto na direção de uma liturgia verdadeiramente comunitária.

Pio XII e a Mediator Dei: Marco Doutrinário

A Primeira Encíclica sobre Liturgia

Em **1947**, Pio XII promulgou a *Mediator Dei*, primeira encíclica papal inteiramente dedicada à liturgia. Este documento estabeleceu os **fundamentos doutrinários** que sustentariam toda a reforma posterior, definindo definindo a liturgia como exercício do sacerdócio de Cristo.

A encíclica equilibrou tradição e renovação, legitimando os esforços do movimento litúrgico enquanto mantinha a autoridade da hierarquia sobre as reformas.

Comissão de Reforma (1948)

Um ano após a *Mediator Dei*, Pio XII criou a **Comissão da Congregação dos Ritos** para implementar reformas práticas. Esta comissão realizou as primeiras modificações concretas, como a restauração da Vigília Pascal e a flexibilização do jejum eucarístico.

Essas *pequenas reformas precursoras* prepararam o terreno para as transformações mais amplas que viriam com o Concílio.



O Anúncio Profético de João XXIII XXIII

Em **25 de janeiro de 1959**, na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, João XXIII surpreendeu o mundo católico anunciando a convocação de um novo Concílio Ecumênico. Este momento histórico marcou o início de uma nova era para a Igreja.

A resposta foi imediata e entusiástica: a **Comissão Antepreparatória** recebeu impressionantes **1.855 propostas sobre liturgia**, demonstrando que a renovação litúrgica era uma aspiração universal da Igreja. Este número expressivo evidenciava a maturidade das reflexões desenvolvidas pelo movimento litúrgico ao longo de décadas.

A Comissão Preparatória: Trabalho Técnico e Visão



Liderança

Cardeal Cicognani como presidente e **Pe. Annibale Bugnini** como secretário, arquiteto das reformas



Universalidade

65 membros de **25 países**, garantindo representatividade global



Organização

12 subcomissões especializadas para tratar cada aspecto da liturgia

A genialidade da comissão foi **inserir o capítulo sobre o mistério da liturgia** no início do documento, estabelecendo primeiro os fundamentos teológicos antes de abordar as reformas práticas. Esta decisão arquitetônica revelou-se crucial para a aceitação do texto pelos Padres conciliares.

O Caminho da Aprovação: Debate e Consenso

01

As Três Redações (1961-1962)

Primeira versão em agosto de 1961, seguida seguida por extensas revisões baseadas em em 1.500 observações iniciais e mais 750 750 comentários adicionais

02

Abertura e Discussões (1962)

O esquema da liturgia foi estrategicamente escolhido como primeiro tema, gerando 15 congregações plenárias e 685 intervenções dos Padres conciliares

03

Votações Progressivas (1962-1963)

Voto orientativo favorável (2.162 votos) em novembro de 1962, aprovação do primeiro primeiro capítulo em dezembro, e capítulos restantes em outubro de 1963



4 de Dezembro de 1963: Um Momento Histórico

2.147 SIM

4 NÃO

A votação final da *Sacrosanctum Concilium* revelou um consenso extraordinário entre os Padres conciliares.

- ✓ Uma coincidência providencial: a promulgação ocorreu exatamente **400 anos após o encerramento do Concílio de Trento**, simbolizando uma nova era na vida litúrgica da Igreja.

A *Sacrosanctum Concilium* tornou-se a **porta de entrada do Vaticano II**, estabelecendo a liturgia como "*fonte e cume da vida cristã*". Sua influência foi decisiva para toda a reforma conciliar, demonstrando que a renovação da Igreja deveria começar pelo coração de sua vida sacramental.

Esta Constituição não apenas reformou ritos e cerimônias, mas restaurou a compreensão fundamental da liturgia como participação no mistério pascal de Cristo, princípio que continua a orientar a vida da Igreja até os nossos dias.